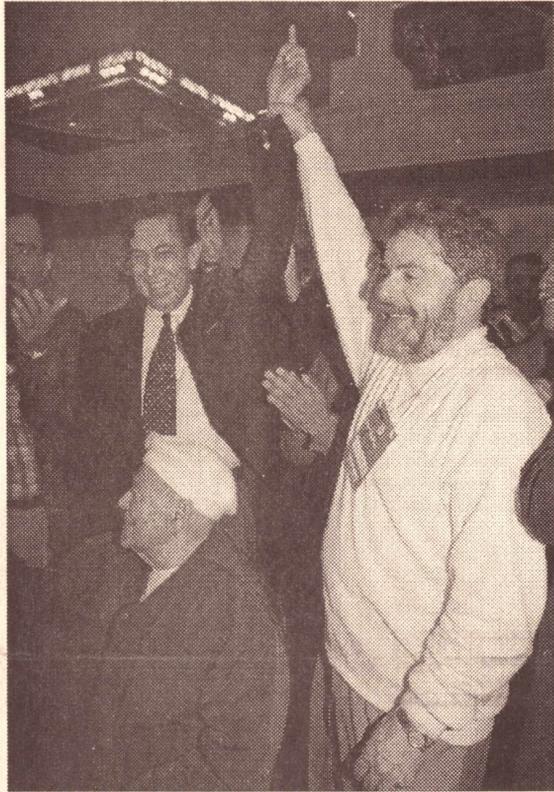


fofo de são paulo

7º Encontro decide unificar ação contra o neoliberalismo

Fotos: Ronaldo Bernardi/Agência RBS



Cárdenas e Lula, junto ao escultor Vasco Prado, são saudados

Com a participação de 158 delegados e delegadas de 58 partidos de 20 países da América Latina e Caribe, além de observadores de 36 organizações de outros países, o 7º Encontro do Foro de São Paulo,

realizado de 31 de julho a 3 de agosto, em Porto Alegre (RS), encerrou-se com o compromisso de buscar a unidade de ação para enfrentar o modelo neoliberal na região. A defesa da soberania nacional,

frente ao hegemonismo do imperialismo norte-americano, foi consenso entre os participantes do encontro, 'que homenageou Che Guevara nos 30 anos de sua morte.

No texto da declaração final do encontro, destacam-se a constatação de que, após vários anos de hegemonia econômica, política e ideológica do neoliberalismo, verifica-se, novamente, a ascensão das lutas populares, democráticas e sociais em praticamente todos os países, acompanhadas de avanços eleitorais importantes na região e a crescente importância e peso político das alternativas programáticas propostas pelas organizações que compõem o Foro de São Paulo.

Ressalta também o texto que as novas formas organizativas que se verificam na América Latina e Caribe são a expressão nítida de um novo dinamismo político e organizativo dos povos, que se refletem nos canais de participação popular abertos, entendidos como nova forma de preparar a população para as tarefas do exercício do poder.

Esse crescimento das forças populares vem sendo acompanhado da resposta dos centros financeiros mundiais

e do governo dos Estados Unidos, que buscam fortalecer suas alianças políticas e econômicas com os grupos de poder oligárquicos latino-americanos para questionar a viabilidade da soberania dos países. Para enfrentar essa ofensiva, demonstra o texto, é necessário que os partidos membros do Foro desenvolvam as alianças e relações políticas que favoreçam a consolidação do projeto democrático e popular contra o neoliberalismo.

Para o desafio, o 7º Encontro resolveu estabelecer mecanismos de coordenação e discussão permanentes de seus membros, fortalecer a ação das secretarias regionais, realizar seminários e impulsar espaços para troca de experiências sobre as questões abordadas nos seminários paralelos. Essas tarefas visam consolidar o debate sobre as perspectivas do Foro, suas características orgânicas, normatividade e instrumentos para a unidade de ação até a realização do 8º Encontro, que será no México, com o patrocínio do Partido da Renovação Democrática (PRD), do prefeito eleito da Cidade do México, Cuauhtémoc Cárdenas, no ano que vem.

Arivaldo Chaves/Agência RBS



Feira da Reforma Agrária expõe produtos de assentamentos

Condenação de Rainha é repudiada em ato público

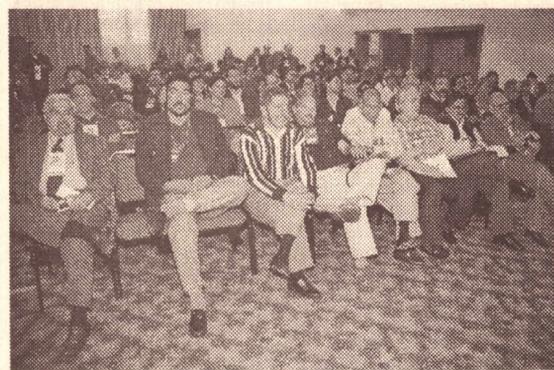
O repúdio à condenação do líder do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) José Rainha Júnior marcou a caminhada realizada no segundo dia do 7º Encontro do Foro de São Paulo. A marcha, que teve a participação dos delegados e delegadas presentes ao encontro, foi antecedida de ato público em defesa de Rainha. Os caminhantes foram participar da abertura da Feira da Reforma Agrária, no Mercado Público Municipal de Porto Alegre. No local também foi inaugurado monumento em homenagem à luta pela reforma agrária na América Latina e Caribe, trabalho doado pelo escultor Vasco Prado ao MST.

Na abertura da feira, na qual trabalhadores rurais de assentamentos do Rio Grande do Sul e do Paraná expuseram produtos alimentícios e artesanato, o prefeito eleito de Cidade do México, Cuauhtémoc Cárdenas, e Raul Pont, que conduz a tercei-

ra administração petista de Porto Alegre, destacaram a importância da reforma agrária com uma alternativa à política econômica neoliberal em toda a América Latina.

Parlamento Europeu

Os oito Partidos Verdes que integram o Parlamento Europeu vão encaminhar em setembro, aos deputados da Comunidade Europeia, moção de repúdio à condenação de José Rainha Júnior. A informação foi prestada, durante o encontro, pelo austriaco Weixler Helmut, assessor da bancada verde, que participava como convidado do evento. Segundo o assessor, boa parte da opinião pública europeia considera chocante o quadro de miséria no Brasil, atribuindo-o à má distribuição de renda. "O problema fundiário é parte deste contexto", disse.



Encontro reuniu 158 delegadas e delegados de 20 países



Garcia (PT), Sandoval (PRD) e Gonzales (FOR) encerram evento

Seminários paralelos dão orientação para as políticas

Os resultados dos seminários paralelos ao 7º Encontro do Foro de São Paulo foram incorporados ao texto da declaração final do evento. O encontro de empresários, que resultou na criação do Foro Empresarial da América Latina, suscitou, no documento, o elogio à pequena e média empresa por sua capacidade de gerar empregos. O seminário de mulheres, que convocou um Encontro Mundial de Solidariedade entre as Mulheres, a ser realizado em Cuba em abril de 98, sublinhou no documento que a estratégia de construção do novo modelo econômico e social deve incorporar a visão de gênero.

A impossibilidade de se realizar transformações estruturais sem considerar a problemática racial foi a contribuição do seminário de negros e negras. O encontro também introduziu o compromisso de solidariedade internacional ao continente africano. As demandas das populações indígenas ficam contempladas nos conteúdos programáticos e práticas políticas dos partidos do Foro, que assumem suas lutas por direitos secularmente negados e abrindo efetivamente espaço nas instâncias de participação e decisão interna.

Os seminários sobre cultura e de cristãos contribuíram

para reconhecer que todas as alternativas têm uma dimensão cultural e devem responder a uma utopia necessária, capaz de sustentar as propostas.

O seminário de municipalidades recomendou ao Foro a criação de comitê temático para constituir e viabilizar uma rede e um fluxo de informação e cooperação entre os partidos e seus respectivos governos locais.

A importância de parlamentos que tenham capacidade de decisão e independência foi considerada componente fundamental do programa alternativo dos membros do Foro.

A democratização dos mei-

os de comunicação é prioritária para a produção de políticas que enfrentem o neoliberalismo. O seminário específico ressaltou, ainda, que a questão da comunicação e das telecomunicações tenha um sentido estratégico para os partidos.

O seminário da juventude propôs o desafio de desenvolver propostas de governo concretas para a superação dos problemas dos jovens. Os ecologistas contribuíram na reflexão e consciência de que o objetivo do desenvolvimento deve ser a satisfação das necessidades materiais e espirituais do ser humano, com justiça social e harmonia com a natureza.

José Dirceu e Milton Temer, candidatos à presidência do PT, expõem suas idéias
Página 2

O novo presidente do Codefat, Delúbio Soares, fala das suas prioridades na gestão
Página 3

Nova sede do Diretório Nacional do PT é inaugurada com Seminário de Estratégia
Página 4

Candidatos a presidente do PT expõem suas idéias

JOSÉ DIRCEU, presidente nacional do Partido dos Trabalhadores, e o deputado federal pelo Rio de Janeiro MILTON TEMER apresentam neste espaço suas avaliações sobre a atual gestão do Diretório Nacional e suas propostas para o próximo período. Os dois são candidatos à presidência do Partido. A nova direção será escolhida no 11º Encontro Nacional, a ser realizado nos dias 29, 30 e 31 de agosto no Hotel Glória, Rio de Janeiro. A publicação dos dois textos foi deliberada na última reunião do Diretório Nacional, em 9 de agosto, para que os filiados tenham conhecimento das posições e façam sua opção.

Marca da luta social

Fotos: Jorge Mariano



Nos últimos dois anos, a direção nacional do PT cumpriu os compromissos básicos do 10º Encontro Nacional, que eram tirar o partido do internismo, assumir a agenda sociedade, assumir os governos petistas e atuar na luta social, articulada com a institucional. Assumir a agenda sociedade significava assumir a luta pela reforma agrária, o que fizemos. Assumir a agenda social significava assumir a luta contra a reforma da Previdência e a reforma administrativa. Foi o que fizemos, apresentando propostas alternativas, inclusive para a reforma tributária. Além disso, a nossa própria iniciativa e nossa tentativa de, por meio do movimento Mais e Melhores Empregos, colocar na agenda do país a luta pelo emprego, mostrou-se correta.

A campanha que iniciamos pelos meios de comunicação, nossa batalha jurídica e a articulação suprapartidária da qual participamos nos levou à primeira grande vitória depois de ter ajudado a escrever a reforma agrária na agenda nacional, derrotando o governo na disputa política sobre a privatização da Vale do Rio Doce.

Nas eleições de 96, com base no modo petista de governar, fomos o partido mais votado nas principais cidades do país no primeiro turno, elegemos 116 prefeitos e 2.000 vereadores. Apesar do resultado desfavorável no segundo turno, tivemos um grande avanço eleitoral. O ano de 97 ficou marcado pela luta contra a reeleição, pela luta para a instituição de uma CPI da compra de votos para aprovação dessa emenda no Congresso.

A marca, portanto, da nossa atuação nos últimos dois anos pode ser resumida na marca da luta social. O PT esteve presente em todas as grandes campanhas nacionais que unificaram o país: na greve geral de 21 de junho e, em 25 de julho, na marcha dos Sem-Terra, dos Sem-Teto e dos Sem-Emprego, a marcha de Terra, Trabalho e Justiça Social.

Tão importante quanto nossa luta social foi nossa ação institucional nesses dois anos. Participamos da criação do Bloco Parlamentar na Câmara e no Senado, da criação do Foro de Oposições e da Frente de Oposições. Realizamos, em conjunto com a CUT, a conferência Terra, Trabalho e Cidadania, que reuniu entidades, partidos, ONGs e que vai avançar para uma conferência de entidades de base sindicais e populares.

É verdade que muito mudou também no PT internamente. Na direção nacional, na nossa comunicação, nas nossas finanças, no funcionamento da sede, nas relações com os diretórios regionais, na relação com a bancada federal e com nossa bancada no Senado, no acompanhamento e na assessoria aos nossos governos estaduais e municipais, no enfrentamento das várias crises pelas quais o partido passou.

Já o 11º Encontro Nacional do PT está se realizando num momento excepcional da vida política

brasileira, com o crescimento das lutas sociais, após as jornadas de 17 de abril, do 21 de abril, da defesa da Vale, da luta contra a escandalosa aprovação da emenda da reeleição, das mobilizações do dia 25 de julho.

No cenário internacional, é preciso destacar a vitória dos socialistas na França e na Inglaterra, de Cárdenas no México, do avanço da oposição na Argentina, do fracasso de Fujimori. Por tudo isso, devemos e podemos trabalhar por uma vitória sobre FHC nas próximas eleições presidenciais. Esse tem que ser nosso objetivo em 98.

É nesse cenário que vamos realizar o 11º Encontro Nacional do PT e a responsabilidade do nosso partido é grande, porque somos o partido que pode conduzir, integrar e unificar a esquerda, que pode ampliar alianças para os setores de oposição a FHC e ao neoliberalismo.

O país quer lutar, o país quer mudar. E é assim que o PT tem que ver o 11º Encontro Nacional. O encontro tem que servir para unificar o partido com uma agenda de lutas e mobilizações, uma agenda para criar e construir uma candidatura única das oposições, uma frente suprapartidária antineoliberal para 98 e reafirmar que o PT terá e apresentará à frente um candidato à Presidência da República.

É preciso também, no 11º Encontro Nacional, promover profundas mudanças internas no PT, para abrir o partido para a sociedade, para a solidariedade social, para a juventude, para a cultura. É preciso que os diretórios sejam um espaço aberto para a comunidade. É preciso fortalecer a base popular do PT, sua organização, suas finanças, sua formação política, seu caráter de partido popular, pluralista e democrático.

O PT deve ser aberto para seus filiados, por cima das tendências e das personalidades. Para isso é preciso garantir aos filiados o acesso ao debate político, às informações e ao voto. Eleição direta para os diretórios regionais e para o diretório nacional, filiação um ano antes das convenções, pa-

É PRECISO QUE OS DIRETÓRIOS SEJAM UM ESPAÇO ABERTO PARA A COMUNIDADE.

gamento individualizado das contribuições e transporte próprio ou garantido pelas instâncias partidárias. Para realizar essas mudanças, estamos propondo um encontro extraordinário em dezembro.

Mudanças profundas no PT, no sentido de democratizá-lo, de articulá-lo para a luta popular, prepará-lo para ser governo. Assim, desenvolver cada vez mais nossas experiências de governo, consolidar cada vez mais o modo petista de governar, mostrar para a sociedade que o PT sabe governar e quer governar, mas para a maioria, para os excluídos, de maneira democrática, com participação popular.

O PT precisa estar preparado para enfrentar o cenário que se estampa para 1998: o de agravamento da situação social por causa da política econômica do governo. A situação dos Estados e Municípios tende a se agravar, como consequência da política de centralização tributária, dos juros altos, da ausência total de política

de emprego. Em 98, teremos um agravamento da situação social e política, porque o governo caminha cada vez mais no sentido autoritário e fisiológico.

Também o cenário econômico para 98 é, no mínimo, duvidoso. O crescente estrangulamento externo do país, a fragilidade das políticas cambial e de juro alto, a fragilidade das contas públicas, o sangramento das finanças públicas pelo pagamento de juros e as dificuldades do país com a abertura e a valorização cambial revelam um esgotamento da política econômica.

Além disso, os tensionamentos nas bases do governo, as disputas palacianas que vêm se dando, a vergonhosa operação de desmanche da CPI dos Precatórios e toda a ação que o governo vem fazendo associado à mídia, só leva para um cenário em 98 de agravamento da crise.

É para isso que o PT tem que se preparar. E a responsabilidade do nosso partido é grande, porque 98, além de ser um ano no qual devemos intensificar a luta e a mobilização social, será um ano de eleições. A unidade das oposições, a unidade de uma frente antineoliberal depende do PT, porque o governo está fazendo a sua parte. Não só preparando uma legislação eleitoral antidemocrática, que amplia as possibilidades do bloco governista e diminui as possibilidades da oposição, como faz tudo para que todo o bloco conservador, de centro-direita, apóie FHC.

A unidade das forças de oposição tem se consolidado em lutas concretas a exemplo da luta de apoio à reforma agrária, defesa da Vale, Não à Reeleição, o Bloco Parlamentar que batalhou contra as chamadas reformas da previdência e administrativa e finalmente no protocolo que deu origem à Frente das Oposições.

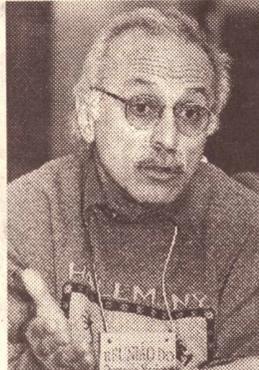
É por isso que o PT reafirma o compromisso com a Frente de Oposições de uma candidatura única com base numa plataforma comum apoiada em ampla mobilização popular e articulada com um movimento suprapartidário antineoliberal. Reiterando que o PT é o partido em melhores condições de oferecer o nome do candidato comum das oposições. Assim o PT terá uma candidatura própria que será apresentada à Frente das Oposições que formamos com o PDT, o PCdoB e o PSB. Discussões com o PMN, PSTU e PCB, e com o PPS e o PV buscarão superar as dificuldades atuais que temos em nossas relações e procurarão fortalecer e ampliar a Frente.

A Frente das Oposições deverá exercer uma forte atração sobre dissidências de outros partidos, sobretudo o PMDB, e sobre personalidades políticas para composições nacionais e sobretudo regionais, sempre com base na oposição a FHC e na plataforma comum antineoliberal. Com o objetivo de criar um movimento nacional suprapartidário antineoliberal, essa Frente deverá estender-se igualmente para organizações da sociedade civil, intelectuais, artistas e personalidades públicas relevantes, como foi inclusive decidido pelo Bloco de Oposições.

Portanto, vamos enfrentar em 98 uma aliança do poder econômico, nacional e internacional, da mídia e de toda a direita brasileira. E a tarefa do PT é unificar toda a oposição a FHC, ao neoliberalismo, e fazer um embate radicalizado de propostas, de alternativas, para que o povo brasileiro possa escolher um caminho.

José Dirceu

Reafirmar o PT



O processo coletivo de deliberação – marca dos nossos encontros nacionais – deve ser um momento privilegiado na vida de um partido de militância, como ainda é o caso do PT. É quando a base interfere e participa ativamente na formulação da linha política e na reconstituição do trabalho de direção. A proteína que alimenta este processo é o debate aberto e franco das teses políticas. Essa é a fórmula que, ancorada na fraternidade militante e respeitando as divergências, pode definir a unidade de ação política e fortalecer o partido.

A nossa primeira preocupação, neste processo, é com a reconstrução da unidade de ação política do partido. O PT está numa encruzilhada decisiva para a sorte do seu projeto estratégico. Dilacerado, ele se anula como instrumento político decisivo da classe trabalhadora. Por conta disso, a ninguém deve interessar sair deste encontro com uma vitória de Pirro. Mas, é preciso ter claro, a unidade de ação política não se constrói omitindo divergências. Pelo contrário. A dialética da sua construção passa pelo debate aberto, respeitoso, capaz de encarar de frente os desafios postos pela realidade social brasileira e pela atual conjuntura política. Alguns pontos quentes desta pauta estão envolvidos em falácias e armadilhas que precisamos desarmar.

Não é verdade que o partido esteja dividido entre os que querem fazer alianças e os que não querem alianças. A divergência neste ponto existe, é real, mas está localizada em outro lugar. A definição nítida do programa é uma preliminar indispensável para uma política consistente de alianças no campo da esquerda. O ajustamento sem critérios só é funcional no campo da direita, cujo objetivo é conservar ou restaurar. Para quem quer mudar a sociedade e construir uma nova hegemonia, a nitidez programática é o primeiro passo para definir alianças. Uma coisa é a aproximação eventual de forças em torno de uma questão tópica – tipo a luta contra a venda da Vale. Nestes casos, o objetivo está predefinido e não cabe indagar da procedência política e ideológica de quem se junta na luta comum. No caso das alianças mais permanentes e das coligações eleitorais a lógica é diferente. Isso requer afinidades políticas e ideológicas que só se revelam na definição do programa. O aliancismo eleitoralista, descuidado da questão programática, já teve titulares qualificados na esquerda brasileira. Seu resultado sempre foi o fracasso eleitoral e político, acompanhados da capitulação ideológica.

Nas eleições de 98, a julgar pelo que está escrito nas várias teses, reina o consenso sobre um ponto de capital importância: o PT deve lançar candidato próprio. Também não há desavença sobre o nome do candidato: a menos que ele próprio não queira, o

candidato é o Lula. As divergências começam a partir deste ponto e precisam ser discutidas com serena firmeza. A primeira está relacionada com a questão programática. O nosso candidato deve estar colado com uma proposta de contraponto radical ao modelo de restauração conservadora em curso. Sem isto, não vamos polarizar as oposições na luta contra FHC e a nova direita. O procedimento na construção das alianças é outro ponto de desavença. A idéia de capturar o centro pela via do abrandamento da nossa proposta, além de ilusória, é equivocada. Até para que o centro se constitua como centro, a esquerda deve se apresentar com nitidez programática. Sempre foi assim nas experiências bem-sucedidas de unidade popular que sustentaram candidaturas sólidas de esquerda. No caso do Chile, por exemplo, todos os partidos apresentavam seus programas e candidatos à presidência e depois negociavam quais seriam o candidato e o programa comum da Unidade Popular.

Também julgamos ilusório e equivocado apostar na construção de uma candidatura presidencial a partir de microacordos ou barganhas regionais. O cami-

resultado, como era de se esperar. Quando o caso alcançou seu desfecho previsível, ao invés de fazer uma autocrítica, resolveu secundar as críticas do governador ao “sectarismo do partido”. Não é verdade que exista uma dificuldade estrutural nas relações do PT com suas administrações. Basta ver o exemplo de Porto Alegre. No caso do Espírito Santo o problema era político e se agravou porque foi empurrado com a barriga. Entre o programa partidário, defendido na sociedade durante a campanha eleitoral, e o mandatário que passou a operar o governo na lógica antagonista do ajuste neoliberal, o partido ficou com o programa e criticou o governador. Ao fazê-lo, exercitou uma virtude republicana rara neste Brasil de PFL, Amazoninos e Caméis. Mostrou para a cidadania que, quando vota nas propostas do PT, ela pode confiar no compromisso programático do partido.

Para além destes pontos quentes, foi rarefeito no processo deste encontro o debate em torno de outras questões de fundo, relacionadas com a nova ordem mundial, a natureza do governo FHC, a construção partidária e o socialismo petista. O nosso partido precisa aperfeiçoar instrumentos que possam viabilizar o exercício mais eficaz da democracia interna. A publicação, no período que antecede os encontros nacionais, de uma tribuna de debates, aberta à troca de opiniões entre os militantes, seria uma maneira de melhorar a qualidade da nossa formulação política. As próprias “teses políticas”, escritas por correntes ou personalidades do partido, que deveriam fornecer o arcabouço para o debate coletivo, muitas vezes têm uma circulação precária. Uma boa parte da militância termina não tomando conhecimento delas, o que empobrece o debate. A versão integral da tese da Articulação, por exemplo, não circulou pelo menos no debate do Rio de Janeiro. Isso dificulta submetê-la ao crivo da crítica rigorosa: muitas vezes uma lacuna identificada na versão sintética pode não existir na versão integral. Reservar recursos para garantir a livre circulação das idéias dentro do partido será, sem dúvida, um elemento essencial para o seu fortalecimento político.

A nossa esperança é a de que o 11º Encontro seja o espaço de recomposição da unidade de ação do Partido dos Trabalhadores. Fortalecer as bases do nosso pensamento político e reafirmar a nossa identidade de partido de militância. Um partido de lutas que precisa continuar a se mover nos movimentos sociais como um peixe dentro da água. Um partido que não teme a radicalidade, desde que oriunda dos conflitos concretos que amadurecem na sociedade. Um partido que disputa eleições para colocar os espaços institucionais a serviço da transformação social. Mais do que a “ambição de governar uma das dez maiores economias do mundo”, conforme afirma o tópico final da tese da Articulação, o propósito do PT é revolucionar as bases da sociedade brasileira. Mais do que vocação de poder, o partido está comprometido com a luta pela mudança na natureza do poder: transformar maiorias sociais em maiorias políticas e construir uma nova ordem social mais justa e democrática.

Milton Temer

Novo presidente do Codefat prioriza qualificação e renda

O secretário sindical nacional do PT, Delúbio Soares, é, desde o dia 2 de agosto, o novo presidente do Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador (Codefat). Delúbio é representante da CUT no órgão, composto ainda por representantes da Força Sindical e CGT (Confederação) – pelo lado dos trabalhadores –, dos empresários e do governo. O órgão tem por finalidade gerenciar e fiscalizar a aplicação dos recursos do FAT, fundo criado pela Constituição Federal de 88 e regulamentado dois anos depois para custear o programa do seguro-desemprego, pagamento do abono salarial e financia-

mento de programas de desenvolvimento econômico. Os recursos do FAT vêm das contribuições do PIS (iniciativa privada) e do Pasep (setor público) e correspondem, atualmente, a aproximadamente R\$ 8,5 bilhões por ano.

Delúbio pretende, em sua gestão, estimular a criação, em todo o país, de Comissões Municipais de Emprego, incrementar a aplicação dos recursos em programas de geração de emprego e renda, qualificação e capacitação profissional e erradicação do analfabetismo, sempre baseado na transparência da gestão dos recursos e no diálogo com os atores sociais.

Estabelecida como sua prioridade número um, a expansão das Comissões Municipais de Emprego – e também o fortalecimento das estaduais – é considerada por Delúbio fundamental para a definição do destino dos recursos do FAT nos municípios. “A meta é termos uma comissão de emprego em cada um dos 5.300 municípios



Arquivo: DN
Delúbio Soares: transparência

do país (hoje há em torno de mil), composta por representantes do governo, dos empresários e dos trabalhadores”, explicou.

Fortalecer o Programa de Geração de Emprego e Renda (Proger) é outra das prioridades de Delúbio. O programa financia micro e pequenos empresários, inclusive atividades da economia informal, através

de empréstimos a juros bem inferiores aos praticados pelo mercado financeiro. Sua meta é aplicar R\$ 10 bilhões no programa, ampliando as oportunidades de financiamento a pequenos empreendimentos. “Queremos criar uma espécie de banco de microcréditos, iniciativa que também pode ser adotada pelas prefeituras, daí a importância das comissões municipais de emprego”, destacou Delúbio.

O investimento em programas de qualificação profissional, associada ao aumento do nível de escolaridade do trabalhador, será da ordem de R\$ 1 bilhão, adianta o novo presidente do Codefat. Em 96, fo-

ram destinados a programas de capacitação de mão-de-obra R\$ 296 milhões, atendendo a 1,3 milhão de trabalhadores. “Com R\$ 1 bilhão, imaginamos que dá para atender quatro vezes mais pessoas”, considera Delúbio. O programa visa atualizar o trabalhador em novas tecnologias de produção e dar oportunidade de o desempregado capacitar-se em um novo ramo de trabalho.

Delúbio informa que uma equipe do escritório do PT em Brasília (tel. [061] 327-1113) está à disposição para prestar esclarecimentos a prefeitos sobre como utilizar melhor os recursos do FAT para programas de interesse do trabalhador.

secretarias

Trabalho de base é tema de revista



A Secretaria Nacional de Movimentos Populares (SNMP), com apoio da Secretaria Nacional de Comunicação, lançou no dia 18 de agosto a revista Construindo o Trabalho de Base, número 14 da série de publicações Em Destaque. A revista traz textos que refletem sobre a importância do trabalho de base e seu papel estratégico junto aos movimentos populares. A intenção da SNMP em sua publicação foi contribuir para animar e ampliar as iniciativas que o povo já faz, através de análises sobre a história do trabalho de base, a necessidade de sua retomada e sua importância para o enfrentamento do neoliberalismo. A revista custa R\$ 1,00 e os pedidos podem ser feitos a Sandra ou Edma, do coletivo da Secretaria.

SNMP: (011) 604-6200, ramais 1379, 1380 e 1381

Negros e negras definem atuação

O 5º Encontro Nacional de Negros e Negras do PT, realizado de 8 a 10 de agosto em Cajamar (SP), definiu a linha de atuação da Secretaria Nacional de Combate ao Racismo (SNCR) para o próximo período. O encontro, que reuniu 110 delegados de 12 estados, aprovou a realização, ainda este ano, de um seminário com parlamentares petistas sobre a questão racial e o Seminário Nacional da Juventude Negra do PT. A continuidade da luta pela terra dos remanescentes de quilombos e a aproximação com outras etnias no combate ao racismo também foram outras deliberações do encontro, que ainda escolheu o coletivo da SNCR. A chapa encabeçada pelo atual secretário, Flávio Jorge (foto), venceu a eleição, com 60% dos votos.

SNCR: (011) 604-6200, ramais 1376 e 1378



Arquivo: DN

PT lança campanha em defesa de Rainha

A Secretaria Nacional de Comunicação (SNC) lançará, no 11º Encontro Nacional do PT, a campanha Rainha é Inocente; Crime é não Fazer a Reforma Agrária – Partido dos Trabalhadores. A campanha consiste na elaboração de vídeos, programas de TV, anúncios de revista, outdoors, cartazes, adesivos e camisetas e visa mobilizar a sociedade para pressionar pela absolvição do líder do MST José Rainha Júnior, condenado, sem provas, a 26 anos e seis meses de prisão, e em defesa da reforma agrária. No dia 21 de agosto, às 19h, no auditório Paulo Freire da nova sede do Diretório Nacional do Partido, será lançado o vídeo sobre o julgamento de Rainha, realizado em Pedro Canário (ES). O vídeo traz a íntegra do julgamento e visa arrecadar fundos para a campanha. Para o lançamento do vídeo do julgamento estão previstas as presenças de José Rainha, Luis Eduardo Greenhalgh, um dos advogados do MST, e do secretário agrário nacional do PT, Plínio de Arruda Sampaio.

SNC: (011) 604-6200, ramais 1330 e 1334

JOSÉ RAINHA É INOCENTE

CRIME É NÃO FAZER A REFORMA AGRÁRIA



mobilização

Campanha Tortura nunca mais!

A Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e a Comissão Justiça e Paz de São Paulo, apoiadas por várias outras entidades e personalidades, lançaram, em 27 de junho, campanha contra a redução de penas aos que praticarem tortura contra crianças e adolescentes. Essa arbitrariedade foi possível com a revogação de artigo do Estatuto da Criança e Adolescente que prevê penas maiores aos que praticarem crime de tortura a menores de idade. Os organizadores da campanha pretendem recolher um milhão de assinaturas para a apresentação de projeto de lei de iniciativa popular para que o artigo modificado volte a vigorar em sua redação original. O PT engaja-se nesta campanha e reproduz, abaixo e no verso (página 4), abaixo-assinado para que a militância, dirigentes e simpatizantes colaborem na obtenção das adesões necessárias. Faça cópias do documento e, ao preencher os abaixo-assinados, envie o quanto antes a um dos endereços que constam no final do texto.

Projeto de Lei, de iniciativa popular, para revogar parcial e expressamente a disposição do Art. 4º da Lei nº 9.455, de 07 de abril de 1997, para restaurar expressamente a vigência e a eficácia dos parágrafos segundo e terceiro da disposição contida no Art. 233 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente, e modificar a disposição contida no parágrafo terceiro do Art. 1º da Lei nº 9.455, de 07 de abril de 1997.

Os cidadãos brasileiros, no pleno gozo de seus direitos políticos e eleitorais na forma da lei, decidem subscrever, atendendo aos requisitos fixados no parágrafo segundo do Art. 61 da Constituição Federal, projeto de lei, exercendo a iniciativa popular, apresentado-o à Câmara dos Deputados com o seguinte teor:

Art. 1º: Revoga-se, parcial e expressamente, a disposição do Art. 4º da Lei nº 9.455, de 07 de abril de 1997, que define os crimes de tortura e dá outras providências.

Art. 2º: Restaura-se, expressamente, a vigência e a eficácia das disposições contidas nos parágrafos segundo e terceiro do Art. 233 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente.

Art. 3º: Modifica-se a redação do parágrafo terceiro do Art. 1º da Lei nº 9.454, de 07 de abril de 1997, para que a mesma passe a vigorar com a seguinte redação:

“Parágrafo Terceiro – Se resulta lesão corporal de natureza grave ou gravíssima, a pena é de reclusão de 04 (quatro) a 10 (dez) anos; se resulta morte, a reclusão é de 08 (oito) a 16 (dezesesseis) anos. Estas penas, na hipótese em que a vítima venha a ser criança ou adolescente, serão aumentadas para os limites definidos nos parágrafos segundo e terceiro do Art. 233 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente, observando-se, no que concerne ao parágrafo subsequente, o limite de 30 (trinta) anos.”

Art. 4º: Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICATIVA: No processo legislativo do qual resultou a elaboração da Lei nº 9.455, de 07 de abril de 1997, que dispôs sobre os crimes de tortura, o legislador ordinário fez uma escolha que resultou na revogação do Art. 233 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente, que estava assim redigido:

“Art. 233 – Submeter criança ou adolescente sob sua autoridade, guarda ou vigilância a tortura:

Pena – reclusão de 1 (um) a 5 (cinco) anos.

Parágrafo Primeiro – Se resultar lesão corporal grave:

Pena – reclusão de 2 (dois) a 8 (oito) anos.

Parágrafo Segundo – Se resultar lesão corporal gravíssima:

Pena – de 4 (quatro) a 12 (doze) anos.

Parágrafo Terceiro – Se resultar morte:

Pena – Reclusão de 15 (quinze) a 30 (trinta) anos.”

Esta escolha resultou, objetivamente, nos casos de lesão corporal gravíssima e de morte, numa redução das penas anteriormente previstas, que traduz uma inaceitável involução dos rigores da legislação que, ao proteger a dignidade da pessoa humana em geral e, no caso específico, a das crianças e dos adolescentes, não poderia abrandar punições numa área onde a consciência jurídica mundial tem reclamado as ações mais enérgicas pois visam a manutenção da integridade física, psíquica e emocional dos seres humanos que, ainda neste final de milênio, têm sido objeto da ação dos verdugos e carrascos dos mais diferenciados matizes políticos e ideológicos.

Assim, o presente projeto de lei de iniciativa popular visa corrigir a distorção criada no tratamento específico dos crimes de tortura que venham a vitimizar crianças e adolescentes, dos quais resulte lesão corporal gravíssima ou morte, restaurando o vigor das disposições anteriores do Estatuto da Criança e do Adolescente, para que a sociedade brasileira reafirme o seu compromisso com as gerações futuras no esforço definitivo da política afirmativa.

Tortura nunca mais!!!

Observação: Após preenchimento da folha, remeter para:

OAB – Ordem dos Advogados do Brasil – SP
Praça da Sé, 385 – 4º andar – Tel.: (011) 606-1726
CEP: 01001-902 – Capital – SP

Comissão Justiça e Paz de São Paulo
Av. Higienópolis, 890 – Higienópolis
CEP: 01238-000 – São Paulo – SP

Sede pretende ser referência política e cultural para o País

Carlos Mercuri



Clara Ant apresenta instalações do prédio a dirigentes do PT

Com a realização da segunda etapa do Seminário de Estratégia, organizado pela Secretaria Nacional de Formação Política e Fundação Perseu Abramo, foram inauguradas, em 8 de agosto, as atividades da nova sede do Partido dos Trabalhadores. Instalada em um prédio com cinco andares, além do térreo e duas sobrelajes, a nova sede, segundo a secretária nacional de Finanças e Planejamento do PT, Clara Ant, responsável por todo o processo de localização, negociação e reforma do imóvel, terá, ao lado da possibilidade de oferecer melhores condições de trabalho ao qua-

dro administrativo do Diretório Nacional, a perspectiva de se tornar uma referência política e cultural para a cidade de São Paulo e o País.

Tal objetivo já começou a ser posto em prática com o seminário, seguido, três dias depois, do lançamento do livro *Orçamento Participativo - A Experiência de Porto Alegre*, do ex-prefeito da capital gaúcha Tarso Genro e do coordenador-geral do gabinete de Planejamento da mesma prefeitura, Ubiratan de Souza, publicado pela Editora Fundação Perseu Abramo.

Os dois eventos marcaram a

abertura de dois espaços especiais da nova sede, o Auditório Paulo Freire e o Café PT, cujo acesso se dá por uma escadaria, ladeada por um pequeno jardim, que recebeu o nome de Rua PT.

O Auditório Paulo Freire tem 110 lugares e destina-se a eventos tanto do Diretório Nacional como da Fundação Perseu Abramo. Já no dia 9, após a segunda mesa do Seminário de Estratégia, foi realizada a primeira reunião do DN na nova sede. O Café PT será concluído em breve, com a instalação de um bar, e será o espaço de convivência da sede, lugar onde militantes, filiados, simpatizantes, di-

rigentes e visitantes possam se encontrar. Ao lado, há uma sala para as reuniões da Comissão Executiva Nacional e outros eventos.

A nova sede do PT fica na rua Silveira Martins, 132, ao lado da praça da Sé, lugar, aliás, palco de diversas manifestações nas quais o Partido e seus membros sempre estiveram presentes, como, por exemplo, a campanha Diretas Já, em 84, o que dá um sentido especial de se estar em casa. De acordo com Clara Ant, o PT alugou o imóvel com opção final de compra, o que, ao se realizar, atenderá à antiga intenção de o Partido ter a sua sede própria.

Seminário de Estratégia faz reflexão sobre o capitalismo

Jorge Mariano



Diversidade de pensamentos colocou questões novas e antigas

A segunda etapa do Seminário de Estratégia, realizado conjuntamente pela Secretaria Nacional de Formação Políti-

ca do PT e a Fundação Perseu Abramo, teve três mesas, que abordaram os temas *O Governo FHC e a consolidação de*

um núcleo hegemônico no Brasil; Atualidade e caráter de um projeto nacional; e A revolução techno-científica e o movimento social. A primeira etapa, realizada nos dias 6 e 7 de junho últimos, abordou os assuntos *Balço e perspectivas do neoliberalismo; Crise e reconstrução do projeto socialista; e Estado, mídia e sociedade civil na disputa da hegemonia.*

O objetivo do seminário, segundo seus realizadores, foi "subsidiar nossa investigação sobre o atual estágio do capitalismo e as condições colocadas para a luta pelo socialismo, como contribuição na prepara-

ção do 11º Encontro Nacional do PT". Para tal, estiveram presentes intelectuais, dirigentes partidários e ativistas sociais de diversas formas de pensamento, do Brasil e do Exterior. "A diversidade de opiniões presente ajudou na discussão, permitindo que o debate fugisse da abordagem estereotipada", avaliou o secretário nacional de Formação Política do PT, Jorge Almeida. "O seminário ajudou a recolocar algumas questões antigas no PT e apresentar outras novas", completou.

Para Zilah Abramo, vice-presidente da Fundação Perseu Abramo, a importância do se-

Jorge Mariano



Zilah Abramo e Jorge Almeida destacam oportunidade de reflexão

minário está na cara: "A reflexão política e ideológica, tão carente neste momento, é a atividade principal da Fundação, e que este seminário pretendeu oferecer", disse. Tanto Zilah quanto Almeida reconheceram que a participação deixou a desejar, o que faz os organizadores repensarem,

para os futuros eventos, a dinâmica do seminário e a viabilidade de se o fazer junto às reuniões do Diretório Nacional.

Para preencher em parte essa lacuna, está sendo preparada publicação com as resoluções do seminário, a ser lançada em breve.

AGENDA

AGOSTO

- 26 e 27 - Curso de Formação Política do PT Paraná - 2ª Etapa [Informações e inscrições tel.: (041) 323-1162]. Curitiba
- 27 - Reunião da Comissão Executiva Nacional do PT. Hotel Glória - Rio de Janeiro
- 28 - Reunião do Diretório Nacional do PT. Hotel Glória - Rio de Janeiro
- 29 a 31 - XI Encontro Nacional do PT. Hotel Glória - Rio de Janeiro

SETEMBRO

- 7 - 3º Grito dos Excluídos
- 16 - Júri Popular de José Rainha Júnior
- 28 - Dia Latino-Americano de Luta pela Descriminalização do Aborto

OCTUBRO

- 5 - Cem anos de Canudos
- 10 - Dia Mundial da Alimentação
- 12 - Dia Nacional de Luta por Creche
- 17 e 18 - Curso de Formação Política do PT-Paraná - 3ª Etapa [Informações e inscrições tel.: (041) 323-1162]. Curitiba

ASSINE O SEMANÁRIO

Rua Conselheiro Nébias, 1.052
CEP 01203-002 São Paulo - SP
Fax (011) 220-2103

notícias
Até mostra que País tem oposição
DN discute governo do Espírito Santo

CUPOM DE ASSINATURA

Assinatura anual: 1xR\$ 50,00 2xR\$ 25,00

Cobrança bancária
 Cheques nominais ao Partido dos Trabalhadores (anexos)
 Depósito bancário nominal para o Partido dos Trabalhadores Banco do Brasil S/A, Ag. 3323-5 - Barra Funda, São Paulo - SP C/C nº 123456-0 (envie xerox do comprovante)

Nome _____
 Endereço _____
 Profissão _____ Tel _____
 CEP _____ Cidade _____ Estado _____

Sexo: Masc. Fem.
 Filiado ao PT: Sim Não

NOME				ASSINATURA OU IMPRESSÃO DIGITAL			
Nº DO TÍTULO DE ELEITOR	ZONA	SEÇÃO	MUNICÍPIO/UF				
NOME				ASSINATURA OU IMPRESSÃO DIGITAL			
Nº DO TÍTULO DE ELEITOR	ZONA	SEÇÃO	MUNICÍPIO/UF				
NOME				ASSINATURA OU IMPRESSÃO DIGITAL			
Nº DO TÍTULO DE ELEITOR	ZONA	SEÇÃO	MUNICÍPIO/UF				
NOME				ASSINATURA OU IMPRESSÃO DIGITAL			
Nº DO TÍTULO DE ELEITOR	ZONA	SEÇÃO	MUNICÍPIO/UF				
NOME				ASSINATURA OU IMPRESSÃO DIGITAL			
Nº DO TÍTULO DE ELEITOR	ZONA	SEÇÃO	MUNICÍPIO/UF				
NOME				ASSINATURA OU IMPRESSÃO DIGITAL			
Nº DO TÍTULO DE ELEITOR	ZONA	SEÇÃO	MUNICÍPIO/UF				
NOME				ASSINATURA OU IMPRESSÃO DIGITAL			
Nº DO TÍTULO DE ELEITOR	ZONA	SEÇÃO	MUNICÍPIO/UF				

RESPONSÁVEL PELA COLETA DE ASSINATURAS DESTA FOLHA: